A Polónia e a periferia oriental da Europa: continuidade ou rutura na política externa de Varsóvia

Daniel Marcelino Rodrigues

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/1606>

DOI: 10.4000/eces.1606

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Daniel Marcelino Rodrigues, « A Polónia e a periferia oriental da Europa: continuidade ou rutura na política externa de Varsóvia », *e-cadernos CES* [Online], 19 | 2013, colocado online no dia 01 junho 2013, consultado a 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1606> ; DOI : 10.4000/eces.1606

A POLÓNIA E A PERIFERIA ORIENTAL DA EUROPA: CONTINUIDADE OU RUTURA NA POLÍTICA EXTERNA DE VARSÓVIA

DANIEL MARCELINO RODRIGUES

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL

OBSERVARE, UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA, PORTUGAL

Resumo: O presente texto procura refletir sobre a existência de elementos de continuidade e/ou rutura na definição e implementação da política externa polaca para a sua periferia oriental. Partindo de uma análise histórica sobre a importância que o Leste tem para a Polónia, observa-se o papel assumido por Varsóvia a nível regional, nomeadamente em termos da Política Europeia de Vizinhança e da sua Parceria Oriental.

Palavras-chave: Polónia, política externa polaca, parceria oriental, relações Polónia-Ucrânia, *Commonwealth* Polaco-Lituana.

INTRODUÇÃO

A imprevisibilidade da crise ucraniana e as suas consequências para a estabilidade regional soaram como um alerta para a União Europeia (UE), os Estados Unidos da América (EUA) e a NATO, que estranharam a postura da Rússia, enquanto parceiro. Contudo, esta ingenuidade ocidental não tem razão de ser. Não só não eram desconhecidos os conflitos etnolinguísticos existentes em território ucraniano, como já era conhecida a reivindicação por parte de Moscovo do papel da Federação Russa enquanto defensora das minorias étnicas ou grupos russófonos existentes fora do seu território. O conflito que opôs a Geórgia à Federação Russa em 2008 tinha demonstrado em que consistia o chamado intervencionismo humanitário russo. Apesar de a atitude geral de uma grande maioria dos Estados-membros da UE e parceiros da NATO se caracterizar por uma certa passividade e uma já referida ingenuidade, levantaram-se algumas vozes contra esta postura, insistindo na possibilidade de um revanchismo ou revisionismo russo que poderia assumir várias formas, desde um expansionismo

territorial-imperial até ao recurso a minorias étnicas com o desígnio de destabilizar Estados anteriormente sob a sua autoridade ou influência. A Polónia, assim como os países bálticos, mostraram desde logo a sua preocupação e procuraram persuadir a UE e a NATO da necessidade de uma emergência securitária colocada por um ressurgimento da ameaça russa na periferia oriental de ambas as organizações.

Pelo importante papel desempenhado pela Polónia desde a eclosão do conflito, parece relevante observar e compreender de que forma a política externa polaca para o Leste resulta de um processo histórico de expansão territorial para aquela região; explicar a importância do fator “segurança” nesta mesma política externa; e identificar as principais tendências na política oriental de Varsóvia no período pós-comunista. De notar que o entendimento que aqui se faz de “Leste” ou “periferia oriental” remete para os territórios que hoje constituem a Bielorrússia, a Ucrânia e a Moldova, sendo que, devido à importância regional da Federação Russa, esta será igualmente englobada.

A POLÓNIA E O LESTE

Uma breve análise histórica permite-nos verificar que o interesse da Polónia pelos seus vizinhos de Leste tem constituído uma tendência sólida e duradoura da sua política externa. Este não resulta apenas de uma visão expansionista para aquela região, decorrendo acima de tudo de interesses geopolíticos. Quando o reino da Polónia se uniu ao Grão-Ducado da Lituânia em 1385,¹ o seu principal *leitmotiv* residia na crescente ameaça da Ordem Teutónica nas margens do Báltico, demonstrado pelo seu poderio militar e pelas suas conquistas territoriais. A Polónia não só estava à beira do colapso face à ordem religiosa-militar, como também as ainda pagãs terras lituanas estavam sob a sua ameaça direta. A união com a Lituânia resulta de uma necessidade de segurança mútua de ambos os territórios. Que outra esperança poderiam os monarcas polacos ter, quando a expansão do domínio germânico ameaçava fazer-se à custa do seu reino? A própria expansão territorial da Polónia não poderia fazer-se para Ocidente sem esbarrar nas terras alemãs. O interesse polaco na sua periferia oriental não é, por conseguinte, o resultado de uma mera coincidência. Contudo, a união com o Grão-Ducado da Lituânia significou a entrada da Polónia nos conflitos do Grão-Ducado com a Moscóvia, então em ascensão política e militar (Rodrigues, 2010: 124).

Se o período que se estende das partilhas (ou partições) do território da *Commonwealth* entre o Reino da Prússia, o Império Russo e o Império Austríaco em 1772, 1793 e 1795 à restauração da independência da Polónia significou a inexistência de uma política externa, este não foi menos importante no que diz respeito à definição do

¹ A União de Krewo (1385) marcou o início da união dinástica entre ambos os territórios, tendo sido fortalecida em 1569 com a União de Lublin e a criação da Commonwealth Polaco-Lituana.

conceito de nação polaca. Este momento é essencial para entender as tendências da política externa da Segunda República (1918-1939). De facto, o insucesso da sublevação de 1863 que visava o restabelecimento da *Rzeczpospolita* levou a uma reinvenção da ideia de “Polonidade” (Bilenky, 2012). Ao contrário da ideia de nação orgânica desenvolvida pelos filósofos do *Aufklärung*, a nação polaca baseava-se na tradição inclusiva da *Commonwealth* Polaco-Lituana, rejeitando qualquer ideia de unidade meramente étnica ou religiosa. Porém, e como foi indicado anteriormente, esta noção foi sendo reinventada à medida que as pretensões polacas fracassavam. Assim, passou-se sucessivamente de uma reivindicação do seu carácter multinacional para uma noção civilizacional cujo propósito seria o de unificar os povos da antiga *Commonwealth* à volta de uma cultura superior, a cultura polaca; e de esta para uma definição exclusivamente étnica, com base no mito da raça polaca (Prizel, 1998: 40).

A restauração da independência (ou renascimento) da Polónia no pós-Primeira Guerra Mundial foi acompanhada de uma redefinição das prioridades da nação polaca, agora equiparada a um Estado-nação. No que diz respeito à sua política externa, a Segunda República polaca teve como objetivo central o restabelecimento da *Commonwealth* Polaco-Lituana, ainda que com uma estrutura confederal. Tal conduziu ao desenvolvimento de relações muito tensas com a Lituânia, em especial após a conquista de Vilnius (em polaco Vilna) pelo Exército Polaco em Abril de 1919 e com a Ucrânia. A própria ideia de um Estado ucraniano independente era encarada pelas autoridades polacas como servindo exclusivamente os interesses da Alemanha. A nível interno, a Segunda República polaca baseou-se naquilo que Ilya Prizel denomina como “objetivo autocontraditório”, a saber: a criação de um Estado polaco no território da *Commonwealth* Polaco-Lituana (1998: 62). Este propósito seria alcançado através de uma “polonização” das populações autóctones (ucranianos, bielorrussos, alemães), longe do princípio de tolerância da *Rzeczpospolita*.

O papel desempenhado por Józef Piłsudski no período entre guerras é, de igual modo, importante na definição do lugar a ocupar pela Polónia no cenário internacional. São particularmente interessantes as ideias de “Prometeísmo” e de “Federação Intermarum”, ambas definidas pelo Chefe de Estado polaco. A primeira faz referência a um projeto político cujo objetivo fundamental consistia na desagregação do Império Russo (posteriormente da União Soviética). A ideia de “Federação Intermarum” procurou ir além do mero fim do principal inimigo da Polónia, ao propor a formação de uma federação de Estados da Europa central e de Leste sob a égide polaca (Troebst, 2003). Na prática, isto significaria uma elevação da Polónia ao lugar de potência regional, a despeito de outros atores estatais. É de notar que, apesar do interesse polaco no Leste, aliado a uma política de aproximação às democracias ocidentais, com o estabelecimento

de alianças políticas e militares com França e o Reino Unido, este era parte de um projeto mais vasto. Como complemento a uma utópica “Federação Intermarum”, Varsóvia desenvolveu uma intensa atividade diplomática com vários países balcânicos, sendo que a importância dada a esta região se deveu à vontade demonstrada pela Polónia (e apoiada pela Roménia) de criar uma barreira contra um possível expansionismo soviético em direção ao Ocidente (Znamierowska-Rakk, 1995). A ideia de uma Polónia operando como um baluarte antibolchevique encontra analogia histórica na definição da Polónia como um baluarte da Cristandade (*antemurale christianitatis*). Independentemente das propostas analisadas, é sempre o posicionamento da Polónia no sistema internacional que está em discussão. Assim, e segundo Roman Dmowski,

[p]ara quem quer que tenha uma pequena compreensão da geografia política da Europa, deveria ser claro que a região onde a Europa ocidental acaba e as vastas Planícies do Leste começam, numa região localizada entre dois grandes poderes, a Alemanha e a Rússia, não há lugar para um *państwo* (pequeno Estado). (*apud* Prizel, 1998: 69)²

De certa forma, o lugar que a Polónia pretende ainda hoje assumir a nível regional é o de uma grande potência que esteja em pé de igualdade com os seus poderosos vizinhos. A Segunda Guerra Mundial e as suas consequências foram desastrosas para a Polónia. Às ocupações alemã e soviética durante o conflito, seguiu-se a implementação de um regime decalcado do modelo soviético. É possível afirmar-se que a política externa da República Popular da Polónia se tornou quase inexistente, estando essa fundamentalmente dependente dos *diktats* de Moscovo. As relações de Varsóvia com os territórios a Leste eram desenvolvidas no seio das estruturas políticas, económicas e militares do chamado Bloco de Leste (COMECON, Pacto de Varsóvia). Porém, não deixa de ser interessante verificar que foi durante este período que foi desenvolvida a chamada “Doutrina Giedroyc”, também conhecida por “Doutrina Giedroyc-Mieroszewski”, que defendia a existência de relações amigáveis e pacíficas com a Ucrânia, a Lituânia e a Bielorrússia, que viria a dar origem à Doutrina ULB.

A (RE)DEFINIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA POLACA NO PERÍODO PÓS-COMUNISTA

O restabelecimento de um Estado polaco plenamente soberano levou a uma (re)definição da política externa do país, mais adequada a uma nova realidade regional e internacional. As autoridades políticas da Polónia pós-comunista foram hábeis na definição de novas prioridades, privilegiando numa primeira fase a sua integração

² Tradução livre do autor.

regional e europeia e reforçando as relações transatlânticas, para posteriormente voltar a olhar para o Leste (Longhurst, 2013). Assim, é sem surpresa que Varsóvia formou logo em 1991 o Triângulo de Visegrado (hoje Grupo de Visegrado) com a então ainda Checoslováquia e a Hungria, sendo no mesmo ano oficializado o seu “retorno à Europa” com o estabelecimento do Triângulo de Weimar (juntamente com a França e a Alemanha). O fortalecimento das relações transatlânticas passou fundamentalmente pela adesão do país à NATO, em 1999 e da sua posterior participação em missões daquela organização (por exemplo, no Iraque). É de salientar que, à semelhança do que acontece com outros países da região, a questão do escudo de defesa antimíssil norte-americano reveste-se de particular importância para a Polónia (Horovitz, 2014). O processo de integração euro-atlântica ficou de certa forma selado com a adesão do país à União Europeia aquando do grande alargamento de 2004.

A importância dada pela Polónia à sua periferia oriental pode ser encontrada através da observação das prioridades da política externa para o período entre 2012 e 2016. Uma análise da documentação oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros permite-nos identificar quatro pontos dizendo direta ou indiretamente respeito àquela região, a saber: (1) a cooperação regional, salientando-se a abertura e solidariedade com o Leste e o apoio prestado às ambições de adesão à União Europeia por parte dos países da Política Europeia de Vizinhança; (2) a cooperação para o desenvolvimento, aliada à promoção da democracia e dos direitos humanos; (3) a parceria e a cooperação com a diáspora polaca; e (4), o diálogo UE-Rússia.

Apesar das dificuldades que enfrenta, a Parceria Oriental pode ser considerada uma expressão da europeização da política externa polaca, não obstante o debate sobre quem terá sido o principal ator na definição daquele mecanismo, se a Polónia ou outro Estado europeu. Se a sua oficialização, aquando da Cimeira de Praga de 2009, tem sido uma das principais razões da controvérsia, o papel fulcral da diplomacia polaca é inequívoco, sendo igualmente indiscutível o apoio da Suécia e dos países bálticos ao projeto. A Parceria Oriental é, aliás, geralmente vista como sendo o resultado de uma iniciativa conjunta polaco-sueca iniciada em 2008, cujo intuito passava por definir prioridades regionais dentro da Política Europeia de Vizinhança. Não deixa também de ser fundamental a contribuição do Grupo de Visegrado para a criação e implementação da Parceria Oriental, o que ajuda a compreender o papel desempenhado não apenas pela República Checa durante a sua Presidência do Conselho da União Europeia, entre Janeiro e Junho de 2009, como pelos restantes membro do Grupo (Törő *et al.*, 2013; Dangerfield, 2009). O interesse demonstrado pelos países da Europa central em relação às antigas repúblicas soviéticas não se manifesta somente através da Parceria Oriental mas também no estabelecimento e fortalecimento de relações bilaterais interestatais no

período pós-Guerra Fria. Olhando para o caso específico da Ucrânia, é por um lado possível verificar que uma viragem da sua política externa para a região central-europeia tinha como principais objetivos uma possível integração europeia que serviria simultaneamente como um contrapeso à Rússia e à Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Por outro lado, uma aproximação da Ucrânia à Europa central pode ser vista como uma forma de transformar aquele país num Estado-tampão entre a região e a Federação Russa (Mercedes-Balmaceda, 1998).

A importância dos países da Parceria Oriental para Varsóvia, em especial a Ucrânia, a Bielorrússia e, em menor grau, a Moldova, pode por um lado ser vista como a expressão histórica do lugar ocupado pelo Leste na política externa polaca (Copsey e Pomorska, 2013). O facto de o atual embaixador da UE em Kiev ser um polaco, Jan Tombinski, não deixa de ser relevante quando analisamos o papel desempenhado pela Polónia enquanto ponte entre a Ucrânia e as instituições europeias. Por outro lado, a existência de uma relação estável entre a Polónia e o Ocidente viabilizou o desenvolvimento de uma nova visão para o Leste, mas cujos alicerces residem numa lógica histórica de sobrevivência do Estado polaco. Assim entendida, a segurança da Polónia requer necessariamente o estabelecimento de boas relações com a Federação Russa ou, pelo menos, a estabilidade da região, justificando desta forma a dedicação de Varsóvia à Parceria Oriental. É de notar que, de todos os territórios pertencentes à *Commonwealth* Polaco-Lituana, a Polónia é o único que não se tornou uma república soviética, não obstante o regime que vigorou no país durante grande parte da segunda metade do século XX. Para além disso, e com exceção da Lituânia (e obviamente da Polónia), nenhum deles se tornou um Estado-membro da UE, o que conduz a uma abordagem específica das autoridades polacas em relação à Bielorrússia e à Ucrânia, por vezes divergente daquela que é posição dos seus parceiros europeus.

No que diz respeito à Bielorrússia, e indo ao encontro do desejo de promoção da democracia e dos direitos humanos naquela que tem sido chamada a “última ditadura da Europa”, o Estado polaco, assim como organizações não governamentais daquele país, têm apoiado e financiado movimentos de oposição e da sociedade civil bielorrussa. Da mesma forma, *think-tanks*, institutos e ONG polacas têm divulgado amplamente a situação política na Bielorrússia, dando nomeadamente possibilidade à oposição do país de participar em conferências e seminários dedicados à Bielorrússia (Grajewski, 2005).

A Ucrânia reveste-se de maior relevância para a Polónia dado ter sido assumido que a segurança nacional de ambos os países depende em certa medida da segurança nacional de cada um. Como foi indicado anteriormente, Varsóvia tem procurado afastar Kiev da influência russa, trazendo a Ucrânia para a órbita europeia. No fundo, apenas um Estado ucraniano estável, democrático e economicamente desenvolvido poderá

proporcionar à Polónia a segurança que esta pretende para as suas fronteiras orientais (Gajauskaitė, 2013: 207).

Num excelente artigo de opinião de Sławomir Sierakowski, intitulado “Why Poland loves Ukraine ... for now” publicado pelo *International New York Times* na sua edição de 29-30 de março deste ano³, é possível encontrar de forma sucinta e bastante precisa quais as verdadeiras razões do interesse de Varsóvia pela Ucrânia e, em parte, pelos países da Parceria Oriental. Também é notório o sentimento de crítica e desconfiança perante a postura europeia durante a crise ucraniana, quando o autor afirma que

[o]s interesses da “Velha” e da “Nova” Europa são claramente divergentes. A primeira não está ameaçada, e portanto não pretende arriscar nada na situação atual. A “Nova Europa” irá novamente perder confiança na União Europeia e voltar a confiar nos Estados Unidos, que sozinhos podem atuar como garantes de segurança. (Sierakowski, 2014: 10)⁴

O mesmo está presente no discurso político oficial, a exemplo da declaração do Ministro dos Negócios Estrangeiros polaco quando afirmou que “[t]odos concordam que países que têm soldados norte-americanos no seu território não são invadidos” (Sikorski *apud* Horowitz, 2014: 82-83). A política transatlântica da Polónia resulta fundamentalmente de uma lógica securitária, mais do que económica, estando esta ligada ao processo de integração europeia do país. Isto não significa que Varsóvia se sinta tentada por um certo euroceticismo, à semelhança de Praga. O seu projeto europeu continua a ser encarado como uma prioridade, sendo disso exemplo o recente debate sobre a adoção da moeda única, a curto-médio prazo. Porém, e apesar do seu envolvimento nas políticas de segurança e defesa europeia, as autoridades polacas têm mostrado uma descrença face à capacidade de afirmação da UE enquanto ator independente (Chappell, 2010).

Por fim, a importância da Federação Russa no sistema internacional e, naturalmente, a nível regional, requer a existência de relações entre Varsóvia e Moscovo. Contudo, esta necessidade não tem resultado numa relação fácil. Se o peso da história assim como a existência e subsistência de uma desconfiança mútua têm tido um peso negativo na tentativa de normalização das relações bilaterais entre ambos, têm existido algumas tentativas de aproximação. É exemplo desse esforço a vontade de um “reset” levado a cabo nos últimos anos e que resultou, entre outros, na visita do Patriarca Ortodoxo Russo Kirill à Polónia, em 2012.

³ Disponível em http://www.nytimes.com/2014/03/29/opinion/sierakowski-why-poland-loves-ukraine-for-now.html?_r=0.

⁴ Tradução livre do autor.

CONCLUSÃO

A postura polaca face aos eventos pós-Maidan é o resultado esperado de uma agenda de segurança nacional que continua largamente dependente de três fatores. Em primeiro lugar, uma preocupação que resulta do receio provocado pela imprevisibilidade da posição russa face à sua periferia e aos territórios que considera serem parte do seu espaço vital. A anexação da Crimeia e a existência de um discurso oficial legitimando a possibilidade de réplicas noutros contextos apenas serviram para reforçar o nervosismo polaco. Em segundo lugar, a confirmação de que a segurança e a defesa do território polaco dependem da NATO e, em especial, dos EUA. Em terceiro lugar, a Parceria Oriental continua a ser um vetor prioritário da política externa polaca, já que, de acordo com as autoridades polacas, apenas a estabilização dos Estados na sua periferia oriental poderá criar as condições necessárias à estabilidade regional e, por conseguinte, garantir a segurança da Polónia. Segundo Varsóvia, tal apenas poderá ser alcançado através de um reforço sistemático da cooperação entre a UE e os países da Parceria Oriental, em especial a Bielorrússia, a Ucrânia e a Moldavia. A questão de Vilna e a perda de Lwów são feridas profundas no sentimento nacional polaco, símbolos do fim do seu poder político e cultural em toda a região. No entanto, esta antiga hegemonia regional é, aliada ao fator “segurança”, uma das razões centrais do contínuo interesse da Polónia no seu Leste. À semelhança de outros países e, porventura, mais que a grande maioria deles, a política externa polaca é moldada pela história e pela geografia do seu território, aliada a um forte sentimento nacional forjado e consolidado ao longo de 123 anos sem a existência de uma Polónia independente (Fedorowicz, 2007).

O atual momento da política externa do país tem mostrado o alcance e os limites da sua diplomacia, sendo a crise ucraniana fundamental para um ressurgimento da Polónia na cena internacional. É inegável que Varsóvia tem procurado desempenhar um papel central na sua resolução desde a eclosão da crise. Porém, este tem estado em larga medida dependente do posicionamento da Polónia no seio do sistema internacional, em particular no âmbito das organizações regionais e internacionais a que pertence, assim como a importância que aquela consegue assumir nas relações com os seus vizinhos. A cooperação estratégica levada a cabo pelas autoridades polacas com a Ucrânia e a capacidade da Polónia em influenciar os processos de democratização naquele país e na Bielorrússia seriam fundamentais para dar a Varsóvia o estatuto de “especialista” da Política Oriental europeia, elevando o país numa invisível hierarquia da UE (Gajauskaitė, 2013: 207). O sucesso alcançado pela diplomacia polaca aquando do envio de forças da NATO para o seu território não deixa de ser uma vitória de Pirro, dado que esta não passa de uma aparente garantia de segurança que em nada resolveu as tensões provocadas pelo envolvimento russo na Ucrânia. As relações bilaterais entre a Polónia e

a Federação Russa não beneficiam deste contexto de tensão, sentindo-se pelo contrário um arrefecimento. Varsóvia não é encarada por Moscovo como um ator relevante nas suas relações com a UE ou na gestão da crise ucraniana dado que as autoridades russas têm dado preferência ao diálogo com Berlim, Paris ou Londres.⁵ As exigências de segurança feitas pela Polónia à NATO resultam, em grande medida, desta subalternização do país nas relações entre a UE e a Federação Russa. Progressivamente foi crescendo entre a elite política polaca e a população em geral o sentimento de que, para os parceiros europeus, a segurança do seu país é secundária face à importância assumida pelas relações económicas e comerciais com Moscovo. A posição polaca perante a crise ucraniana não é desprovida de um forte sentido estratégico. Os receios de Varsóvia face à possibilidade de uma nova vaga expansionista russa para Ocidente são autênticos. A recente renovação da proposta de projeto (primeira proposta em 2007) visando a criação de uma brigada militar polaco-ucraniano-lituana resulta dessa necessidade de segurança desejada pela Polónia. No “Defence and Security Forum”, que teve lugar a 7 de abril de 2014 em Londres, Radosław Sikorski afirmou que “[o] mundo já não olha para a Rússia a partir do ângulo da sua própria correção política que, dogmaticamente, descartou qualquer ameaça de Moscovo.” Sikorski reforçou esta ideia três dias mais tarde, afirmando que “[n]enhum país europeu é capaz de lidar com a crise ucraniana sozinho. Daí o papel fundamental da UE e da sua política externa comum.”⁶

Em jeito de conclusão, fica a questão sobre a forma adotada hoje pela diplomacia polaca. Existe uma europeização da política externa polaca ou uma polonização por parte da política externa europeia?

DANIEL MARCELINO RODRIGUES

Professor auxiliar convidado em Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador doutorado integrado do Observare, da Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal). É doutorado em Relações Internacionais, Política Internacional e Resolução de Conflitos, pela Universidade de Coimbra e licenciado em História pela mesma instituição.

Contacto: dmrodrigues_296@hotmail.com

⁵ A este respeito, ver o interessante artigo de Ekaterina Levintova (2010) sobre a visão que a imprensa russa e polaca têm do “Outro” polaco e russo, respetivamente.

⁶ Para mais informações ver

http://www.mfa.gov.pl/en/news/a_lecture_by_the_chief_of_polish_diplomacy_at_the_national_defence_university?printMode=true.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bilenky, Serhiy (2012), *Romantic Nationalism in Eastern Europe: Russian, Polish and Ukrainian Political Imaginations*. Stanford: Stanford University Press.
- Chappell, Laura (2010), "Poland in Transition: Implications for a European Security and Defence Policy", *Contemporary Security Policy*, 31(2), 225-248.
- Copsey, Nathaniel; Pomorska, Karolina (2013), "The Influence of Newer Member States in the European Union: The Case of Poland and the Eastern Partnership", *Europe-Asia Studies*, 66(3), 421-443.
- Dangerfield, Martin (2009), "The Contribution of the Visegrad Group to the European Union's 'Eastern' Policy: Rhetoric or Reality?", *Europe-Asia Studies*, 61(10), 1735-1755.
- Federowicz, Krzysztof (2007), "National Identity and National Interest in Polish Eastern Policy, 1989-2004", *Nationalities Papers*, 35(3), 537-553.
- Gajauskaitė, Ieva (2013), "Strategic Partnerships in Foreign Policy: Comparative Analysis of Polish-Ukrainian and Lithuanian-Ukrainian Strategic Partnerships", *Lithuanian Annual Strategic Review*, 11(1), 189-229.
- Grajewski, Przemysław; Zurawski (2005), "Belarus: The Unrecognised Challenge", in Dov Lynch (ed.), *Changing Belarus*. Chaillot Paper nº 85, 79-95. Consultado a 19.07.2014, em <http://www.iss.europa.eu/publications/detail/article/changing-belarus-1/>.
- Horowitz, Liviu (2014), "Why Do They Want American Nukes? Central and Eastern European Positions Regarding US Nonstrategic Nuclear Weapons", *European Security*, 22(3), 73-89.
- Levintova, Ekaterina (2010), "Good Neighbours?: Dominant Narratives about the 'Other' in Contemporary Polish and Russian Newspapers", *Europe-Asia Studies*, 62(8), 1339-1361.
- Longhurst, Kerry (2013), "Where From, Where to? New and Old Configurations in Poland's Foreign and Security Policy Priorities", *Communist and Post-Communist Studies*, 46(3), 363-372.
- Mercedes-Balmaceda, Margarita (1998) "'Two's Company, Three's a Crowd', The Role of Central Europe in Ukrainian Security", *East European Quarterly*, 22(3), 335-351.
- Prizel, Ilya (1998), *National Identity and Foreign Policy: Nationalism and Leadership in Poland, Russia, and Ukraine*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rodrigues, Daniel (2010), "The Polish-Lithuanian Commonwealth: A New Look on a Peculiar Type of Federalism", *Regioninės Studijos*, 5, 121-130.
- Törő, Csaba; Butler, Eamonn; Gruber, Károly (2013), "Visegrád: The Evolving Pattern of Coordination and Partnership After EU Enlargement", *Europe-Asia Studies*, 66(3), 364-393.
- Troebst, Stefan (2003), "'Intermarium' and 'Wedding to the Sea': Politics of History and Mental Mapping in East Central Europe", *European Review of History: Revue Européenne d'Histoire*, 10(2), 293-321.
- Znamierowska-Rak, Elżbieta (1995), "The Policy of the Second Republic towards the Balkan States", *Acta Poloniae Historica*, 72, 77-90.